

representa**coop**


relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 14 – ano 2025

31 de março a 04 de abril de 2025

 **SistemaOcepar**
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR



Sumário

- Reforma Tributária no Senado;
- Conclusão da reforma do Secretariado do governo do estado;
- Discussão do Plano Nacional de Logística 2050

REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO

A segunda etapa do novo modelo de tributação sobre o consumo, estabelecida pelo projeto de lei complementar (PLP 108/2024), que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), será apreciada pelo Senado ainda no primeiro semestre, conforme previsão do relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM). **Nesta semana, ele anunciou seu plano de trabalho na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), incluindo a solicitação de audiências públicas para discutir a proposta.** Braga também foi o relator da emenda constitucional nº 132 da reforma tributária e do primeiro projeto de regulamentação da nova tributação sobre o consumo (PLP 68).

O plano inicial, pretende organizar quatro audiências públicas antes de levar a proposta ao plenário do Senado.

o relator reuniu-se na quarta-feira (26) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e prefeitos para debater essa segunda fase da regulamentação da reforma tributária. O IBS é o imposto que, gradualmente, substituirá o ICMS e o ISS no novo modelo tributário sobre o consumo. O Comitê Gestor será responsável por coordenar a distribuição do novo tributo entre estados e municípios. Já a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), outro tributo do novo sistema, terá arrecadação destinada diretamente ao governo federal. Ambos, IBS e CBS, compõem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), previsto na reforma.

As agendas legislativas do Cooperativismo, do Agro e da Indústria foram citadas pelos senadores durante a discussão da CCJ. O setor produtivo tem manifestado preocupações quanto à transição para o novo modelo tributário e seus impactos sobre a competitividade e a carga fiscal das empresas. Representantes dessas áreas argumentam que a implementação do IBS e da CBS deve considerar especificidades setoriais para evitar distorções e garantir um ambiente de negócios equilibrado.

Senador Eduardo Braga (MDB-AM)



Fonte: Agência do Senado.

PROGRAMAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência	TEMA	Convidados
1ª Comitê gestor	O primeiro debate abordará o funcionamento do comitê gestor do IBS, suas funções, sua gestão financeira e sua prestação de contas — que deverá ser realizada de forma compartilhada entre tribunais de contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.	- Bernard Appy – Secretário da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária (Sert); - Paulo Ziulkoski – Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); - Edvaldo Nogueira – Presidente da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP); - Flávio César – Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); - Edilson de Sousa Silva – Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon);
2ª Conflitos tributários	Nesse debate, serão abordadas as infrações, as penalidades e os encargos moratórios relativos ao IBS, assim como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto. Também deve ser discutido o modelo de resolução de conflitos tributários entre a administração pública e os pagadores de tributos.	- Ana Claudia Borges de Oliveira – Presidente da Associação dos Conselheiros Representantes dos Contribuintes no Carf (Aconcarf); - Rodrigo Spada – Presidente da Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); - Fábio Macêdo – Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim); - Susy Gomes Hoffmann – Advogada e Doutora em Direito Tributário.
3ª Tributos estaduais	Eduardo Braga lembra que o PLP 108/2024 trata das regras de transição do ICMS para o IBS até 2033. E que, além disso, o projeto traz regras gerais sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), um tributo estadual. O ITCMD é devido quando há doações e heranças, e a porcentagem a ser paga varia de acordo com a legislação de cada estado. Os dois tributos serão tema do terceiro debate.	- Francelino Valença – Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); - Fernando Facury Scaff – Advogado e Professor Titular de Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP); - Fábio Lemos Cury – Advogado e Doutor em Direito.
4ª Tributos municipais	A última audiência prevista vai abordar os dispositivos do projeto que alteram normas sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).	Lucas Moraes – Presidente do Conselho Tributário Fiscal de Goiânia e Auditor Fiscal do Município de Goiânia; - Alberto Macedo – Auditor Fiscal do Município de São Paulo e Doutor em Direito - Vanessa Rosa – Advogada e Diretora de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Concessionárias de Iluminação Pública (ABCIP).

GOVERNADOR CONCLUI REFORMA NO SECRETARIADO DE ESTADO DO PARANÁ

O governador do Paraná, Ratinho Júnior, finalizou a reforma do secretariado estadual com mudanças estratégicas em duas pastas importantes: a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e a Secretaria de Trabalho e Previdência.

Na Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, a alteração ocorreu após o pedido de afastamento do então secretário Ricardo Barros (PP). O ex-secretário decidiu deixar o cargo para concentrar-se em suas atividades políticas em nível nacional, convocado pelo Partido Progressista (PP) assumindo recentemente a presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Para ocupar seu lugar, foi nomeado o deputado federal Marco Brasil, também do Partido Progressistas (PP), garantindo a continuidade da representação da legenda na pasta.

Já na Secretaria de Trabalho e Previdência, a mudança foi uma reestruturação interna do União Brasil, partido responsável pela condução da pasta. A transição reforça o alinhamento político dentro do governo e mantém a governabilidade e representatividade dos partidos aliados na administração estadual. O Secretário Mauro Moraes, deixa o cargo e retorna para a Assembleia Legislativa para concluir seu 11º mandato como legislador entre cargo de vereança e de deputado estadual. Em seu lugar, assume o Deputado Do Carmo, hoje peça chave de um dos grupos do União Brasil.

Com essas alterações, Ratinho Júnior busca fortalecer a articulação política de seu governo e otimizar a atuação das secretarias em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.



AS TROCAS DO SECRETARIADO DO ESTADO

Quem sai



Ricardo Barros (PP)

Quem entra



Marco Brasil (PP)

**Secretaria de Indústria,
Comércio e Serviço**



**Secretaria do Trabalho
Qualificação e Renda**



Mauro Moraes (UNIÃO)



Do Carmo (UNIÃO)



Plano Nacional de Logística 2025-2050

O Ministério dos Transportes organiza, pela primeira vez, a discussão popular do **novo Plano Nacional de Logística (PNL)**, com horizonte de 2050. A discussão, será aberta à participação popular já nessa etapa de construção das matrizes origem-destino de cargas. **Nessa fase, são utilizados dados que mostram os principais municípios de origem e de destino das cargas transportadas no Brasil, para simular o tráfego e projetar a necessidade de melhorias na infraestrutura do país.**

Ao todo, serão cinco encontros regionais no mês de abril, um em cada região do Brasil, com o objetivo de aprimorar as projeções de crescimento da produção e melhor compreender a dinâmica do setor produtivo brasileiro. Eles serão coordenados pela Subsecretaria de Fomento e Planejamento da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes.

Dentre objetivos do novo PNL 2050, estão: Reduzir custos; Aumentar o nível de serviço para os usuários; Melhorar o equilíbrio da matriz, Aumentar a eficiência dos modos de transporte; Diminuir a emissão de poluentes.

Metodologia de elaboração do PNL 2025 que servirão para 2050:

- Considerar os principais modos de transportes: rodoviário, ferroviário e aquaviário;
- Analisar as projeções de demanda e as suas distribuições na malha viária;
- Considerar as diretrizes da política de transporte e as tendências do cenário econômico do país;

As rodadas de discussões começaram nesta quarta-feira (2), pela região Sul, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), em Curitiba.

Painel sobre o PNL 2050 na FIEP



Fonte: FIEP 2050;

PRIMEIRA RODADA DE DISCUSSÃO DO PNL 2050

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) sediou, nesta quarta-feira (2), a **primeira reunião regional do novo Plano Nacional de Logística (PNL)**. O evento, promovido pelo Ministério dos Transportes, marcou o início do processo de elaboração do plano com horizonte até 2050. Pela primeira vez, o **PNL contará com a participação popular desde sua fase inicial, que inclui a construção das matrizes origem-destino de cargas**. A reunião, realizada no **Campus da Indústria do Sistema Fiep, em Curitiba**, contou com a presença de lideranças do setor produtivo, empresários, especialistas em infraestrutura e autoridades políticas, além de ser transmitida online para toda a região Sul, com apoio das Federações das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e do Rio Grande do Sul (Fiergs).

Os representantes do G7, enfatizaram o impacto do alto custo de transporte na competitividade da indústria e na agroindústria brasileira. **Destacou-se a necessidade de planejamento estratégico para priorizar obras e integrar os diferentes modais de transporte**. Reforçou-se também a importância da participação dos estados do Sul na formulação do PNL, ressaltando a contribuição significativa da região para o PIB nacional e a necessidade de investimentos robustos em infraestrutura.

O evento desta quarta foi composto por dois painéis de debate. O primeiro, com o tema “Planejamento integrado de transportes e a construção do Plano Nacional de Logística”, detalhou as etapas do processo de elaboração do PNL. O segundo abordou o tema “Plano Nacional de Logística 2050: Construção das matrizes origem-destino em parceria com o setor produtivo”, apresentando as metodologias que serão utilizadas para fazer os levantamentos sobre os dados atuais e as projeções da movimentação de cargas nas diferentes regiões.

A OCEPAR acompanhará os debates defendendo os interesses do cooperativismo paranaense em termos de infraestrutura logística.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

